



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PLANO DE GESTÃO DE PESSOAL DE TIC 2019/2020



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

VERSÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
1.0	VERSÃO 2018/2019 DO PLANO DE GESTÃO DE PESSOAL DE TIC	DIR. THIAGO FACUNDO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES E INCLUSÃO

DATA	INCLUSÃO / ALTERAÇÃO	MODIFICADO POR:
11/07/2019	ATUALIZAÇÕES DE QUANTITATIVO DE FUNCIONÁRIOS	Humberto Figliuolo Júnior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Plano de Gestão de Pessoal – Tecnologia da Informação

A relação do quantitativo atual de servidores e a necessidade mínima de ampliação de profissionais de TI na DVTIC, conforme determinado pela Resolução CNJ nº 21/2015, são apresentados na tabela abaixo de acordo com espaço físico suportado.

Considerações relativas à necessidade de aumento de quadro de servidores:

Descrição	Situação Atual (Em 07/2019)	Adicional de Servidores necessários para Res. CNJ 211/2015 (**)	Total Geral
Comissionados			
• Diretor	1	0	1
• Coordenador	3	2	5
Efetivos			
• Analista Judiciário	19	11	30
• Assistente Judiciário	52	30	82
• Auxiliar Judiciário I	3	0	3
• Auxiliar Judiciário II	1	0	1
• Escrev. Jurament	1	0	1
Contratados			
• Analista Judiciário	1	0	1
• Assistente Judiciário	4	0	4
• Auxiliar Judiciário	4	0	4
• Auxiliar Judiciário I	2	0	2
• Auxiliar Judiciário II	0	0	0
• Assistente Administrativo	1	0	1
• Motorista	0	0	0
• Escrev. Jurament	0	0	0
TOTAL	92	42	135

Acerca do aumento supracitado, boa parte será suprida com a realização de Concurso Público a ser realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com certame previsto para outubro de 2019.

A expectativa de incremento é de 5 Analistas Judiciários dos 11 necessários para o patamar da Resolução 2011/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

Já acerca dos cargos de Assistente Judiciário, o quantitativo deve ser incrementado em 25 cargos, quase perfazendo o total apontado pelo referido normativo.

Os dois cargos de coordenação devem ser criados mediante alteração na legislação vigente, com previsão de início da tramitação em janeiro de 2020.